

ATA DA 081ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 21 DE OUTUBRO DE 2020  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Altair Silva - Ana Campagnolo - Bruno Souza - Carlos Humberto - Cesar Valduga - Coronel Mocellin - Dirce Heiderscheidt - Fabiano da Luz - Felipe Estevão - Ismael dos Santos - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - João Amin - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir Sopelsa - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Ricardo Alba - Romildo Titon - Sargento Lima - Sergio Motta - Valdir Cobalchini - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputado Mauro de Nadal

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente)- Abre os trabalhos da sessão ordinária. Solicita a leitura das atas das sessões anteriores para aprovação e a distribuição do expediente aos senhores Deputados.

\*\*\*\*\*

**Breves Comunicações**

DEPUTADO SARGENTO LIMA (Orador) - Inicia sua fala parabenizando, mais uma vez, o Presidente Jair Messias Bolsonaro, pelo fato de ter se manifestado contrário à obrigatoriedade do uso da vacina contra a Covid-19 e, também, para desconstruir argumentos que buscam base, naquilo que existe de mais sórdido, o Manual de Propaganda Nazista e o Manual Comunista. O primeiro prega que "se contar mil vezes uma mentira, ela acaba se tornando uma verdade", e o segundo diz, "acuse-os de fazer aquilo que você faz".

Afirma hidroxiclороquina é um medicamento que já foi certificado pela Anvisa e tem comprovação científica de que é benéfico para o tratamento de vários tipos de moléstias há muitos anos. Entretanto, repetem a mentira de que não é eficaz contra a Covid-19, porque lhe falta uma comprovação científica que só pode ser feita ao longo do tempo, com repetição da utilização do medicamento.

Quanto à 'vaxina' não, informa que não existe uma certificação da Anvisa desse medicamento, e nem uma certificação científica de que pode funcionar. Irresponsabilidade seria se o Chefe maior do Estado confinasse todos os brasileiros em ambientes fechados, e cada vez que um saísse, fosse marcado com uma vacina.

Menciona a segunda mentira, a narrativa que está sendo criada em todo o território nacional, e que, de forma orquestrada, está sendo falada dentro das Assembleias Legislativas e, também, nas Câmaras de Vereadores, porque existe uma determinação partidária para que se pregue uma mentira, e ela está relacionada aos cuidados da Covid-19, no que diz respeito à imunização por rebanho. Ressalta que ninguém está buscando isso, pois é uma coisa que acontece naturalmente.

Cita outra inverdade que está sendo disseminada, de que o Presidente é o verdadeiro responsável pela má utilização dos recursos enviados para os Estados. Lembra que a própria Câmara dos Deputados, a Justiça, no Brasil, inclusive o Senado, pressionaram o Presidente para que deixasse livres os Governadores para tomarem suas decisões. Declara que, se houve algum erro, foi ele não ser persistente em tomar para si a forma como esses recursos deveriam ser utilizados, em cada Estado, em cada município.

Relata que os decretos de *lockdown*, os decretos de fechamento, partiram dos Governadores e Prefeitos, mas o Presidente sempre defendeu que não se deve priorizar um determinado setor em detrimento de outro, que a Saúde e a Economia devem trabalhar juntos, e nos seus discursos sempre expôs seu entendimento de que todos estão

no mesmo barco, independente de partidos políticos.

Afirma que agora se constrói, de baixo para cima, através da Câmara de Vereadores e Assembleias Legislativas, que existe uma culpa do Presidente de ter democraticamente estendido a possibilidade de Prefeitos e Governadores tomarem decisões sobre os recursos. Mas, é sabido que 50% desses recursos foram utilizados de forma indevida, e a outra metade se encontra, dentro dos cofres, sem ser utilizado.

Concluindo, diz que sempre irá se manifestar, cada vez que forem construídas essas narrativas, porque não pode deixar que a mentira fique se proliferando, desvirtuando o entendimento daqueles que estão buscando a verdade. Reafirma que o Presidente não é o culpado pelo que está acontecendo nos Estados, pois tem Governador sendo afastado e sofrendo processo de *impeachment*, e também secretários sendo afastados. [Taquígrafa: *Eliana*]

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (Orador) - Faz um esclarecimento necessário à opinião pública, tendo em vista a reportagem da Rede Globo de Televisão, que traz como título "A Polícia Civil prende suspeitos de cárcere privado em clínica de recuperação em Minas Gerais". Como presidente da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, afirma que precisa distinguir duas instituições que são absolutamente distantes e remotas. Fala das clínicas para recuperação de dependentes químicos e das comunidades terapêuticas.

Menciona que a Rede Globo acabou dando um nó na cabeça do brasileiro, na sua reportagem, quando confunde clínicas com comunidades terapêuticas. É bom que se diga que as clínicas têm algumas especificidades: tratamento com medicamentos pesados, ambiente fechado, cadeado, literalmente. E não é por acaso que a reportagem diz: "Os investigadores encontraram 32 dos 45 internos praticamente presos." É verdade.

Ressalta que dá o seu aval à Polícia Civil, à Polícia Federal, à Polícia Militar, enfim, os

órgãos de Vigilância Sanitária, pois tem mais é que prender mesmo alguns desonestos, que só querem ganhar dinheiro na recuperação de dependentes químicos, em situações vexatórias, como essa ocorrida em Minas Gerais.

Solicita que não se confunda as comunidades terapêuticas, cuja adesão é voluntária, que trabalha com portões abertos, aonde o acolhido entra e sai na hora que desejar. Explica que as comunidades estão firmadas em alguns pilares: terapia ocupacional, convivência entre pares, espiritualidade e disciplina, mas dentro de uma adesão espontânea daquele que quer superar a dependência química.

Destaca um material que foi muito bem construído pela Casa, ao parabenizar o seu Departamento de Comunicação, que fez um vídeo sobre as comunidades terapêuticas de Santa Catarina, e faz a apresentação do mesmo no telão do Plenário. Manifesta sua homenagem aos diretores das comunidades terapêuticas de Santa Catarina, que são 72, hoje, no Programa Reviver.

Enfatiza o seu apelo à imprensa catarinense e brasileira para que distingam clínica de recuperação e comunidade terapêutica. Registra que, em sete anos, o Programa Reviver já conseguiu acolher mais de 20 mil jovens no Estado.  
*[Taquígrafa: Eliana]*

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Suspende a sessão até o horário reservado aos Partidos Políticos.

\*\*\*\*\*

### **Partidos Políticos**

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Reabre a sessão e passa ao horário reservado aos Partidos Políticos.

Partido: MDB

DEPUTADO VALDIR COBALCHINI (Orador) - Comenta sobre a longa manifestação da Deputada Paulinha, na data anterior, que, no seu entendimento,

cometeu alguns equívocos, e revela que ficou constrangido com a fala da Deputada.

Assim, deseja restabelecer a verdade, defendendo os Parlamentares que compuseram a comissão, e discorre sobre as diversas reuniões da comissão. Relata que, no dia 06, na segunda reunião, a Deputada Paulinha apresentou um requerimento de diligência ao Tribunal de Contas, solicitando a manifestação do Presidente daquele Tribunal em face da questão que envolvia declaração sua, dada ao Ministério Público, em relação ao pagamento antecipado dos respiradores.

Enfatiza que o critério da comissão era ficar restrito aos autos do processo, e se comprometeu neste dia 06 de que, no dia 08, na terceira reunião, seria distribuído aos Deputados, ainda que não previsto em Regimento, uma cópia de um relatório prévio, e assim foi feito, dando um prazo de 48 horas para apresentação de sugestões.

Relata que não recebeu nenhuma sugestão, e depois de muito trabalho, faltava apenas a introdução e o voto, frisando que o relatório foi extremamente técnico, e contou com a participação, além dos assessores e dos Parlamentares, da equipe de assessoria jurídica da Assembleia.

Explica que, conforme o prevista, findo o prazo de 48 horas e não tendo recebido nenhuma sugestão, continuou-se com a construção do relatório, contando com a ajuda da Relatora-adjunta, Deputada Ana Campagnolo.

Menciona que, no dia 13 de outubro, antes da leitura e do voto, a Deputada Paulinha pediu vista, pedindo também a suspensão por cinco sessões para a apresentação do relatório, o que foi colocado em votação e, por oito votos a um, foi negado o pedido de vista.

Recorre ao Regimento Interno, explicando o porquê da negativa, que diz o seguinte no seu art. 140: "O pedido de vista somente poderá ser feito após a leitura do relatório e voto do Relator." E não foi o que aconteceu, pois a leitura do relatório e do voto não tinha sido feita.

Ainda, como cita o parágrafo 3º do referido art. 140: "O pedido de vista em gabinete será

concedido se a proposição estiver dentro do prazo regimental de tramitação”, ressaltando que não era o caso, já que no dia 13 foi o prazo final.

Questiona a afirmação da Deputada Paulinha, no seu pronunciamento, de que não teve direito e que a comissão não acatou o seu pedido, portanto, cerceando a defesa, e não satisfeita, ingressou com mandato de segurança junto ao Tribunal de Justiça. Registra que a decisão do Desembargador Paulo Henrique Martins da Silva indeferiu a liminar. Diz que fará chegar cópia da decisão do Magistrado a cada um dos integrantes da Comissão, que agiu com absoluta transparência e zelo. Neste sentido, a decisão do Tribunal de Justiça deu total legitimidade à comissão, que seguiu a risca o roteiro que foi divulgado no primeiro dia.

Confessa que até considerou a carta manuscrita do Governador que foi lida pela Deputada Paulinha, na primeira sessão que analisou o primeiro pedido de *impeachment*, uma atitude nobre, porque reconhecer erros é um ato de grandeza, muito embora os argumentos não fossem suficientes para mudar a opinião dos Parlamentares naquele momento. Entretanto, lamenta que a soberba não tenha cessado, tenha sido apenas um lampejo de humildade no momento da leitura da carta.

Diz que é uma pena que a Deputada Paulinha não esteja presente hoje para ouvir aquilo que os Parlamentares ouviram ontem e que causou muito constrangimento a todos. Salaria que ficaram até certo ponto envergonhados pelo discurso que tiveram que ouvir pacientemente durante quase 40 minutos, e afirma que a resposta mais contundente às palavras da Deputada foi o resultado obtido logo em seguida, de apenas dois votos contrários.

Complementa, destacando que na sessão de ontem foi votada a continuidade da discussão de uma questão que precisa ser investigada, não foi julgado se o Governador é ou não culpado, pois há argumentos encontrados pelo Gaeco, dizendo que há fortes indícios do conhecimento, da participação do Governador; os mesmos argumentos foram encontrados pela CPI, concluindo que houve conivência; também a PGR e o STJ, quando o

Ministro autorizou a operação, e a Polícia Federal e Ministério Público lá estiveram, em visita que ninguém deseja.

Questiona, então, se o Parlamento iria pedir para arquivar, prevaricando das prerrogativas, ou mais que isso, da obrigação de dar uma satisfação à sociedade catarinense sobre a compra dos respiradores que não foram entregues, uma compra fantasma, cujos R\$ 33 milhões evaporaram, vergonhosamente, em um momento delicado de pandemia.

Finalizando, afirma que esta manifestação era necessária, na defesa da legitimidade que tem cada um dos Parlamentares, aqui nesta Casa, e na defesa da instituição Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Deputada Ada de Luca (Aparteante) - Diz que tem orgulho de ser política e fazer política. Acredita que a Deputada Paulinha foi tomada pelo calor da emoção, mas as palavras têm peso, principalmente no Parlamento, e diz que tem o máximo respeito pela Deputada, que é aguerrida e uma das representantes da Bancada Feminina. Conclui, ressaltando, entretanto, que nada do que fez no Parlamento lhe causa vergonha até hoje, tanto na sessão de ontem, quanto nesta legislatura ou nas legislaturas anteriores, cujos mandatos lhe foram outorgados pelo povo catarinense.

Deputado Moacir Sopelsa (Aparteante) - Lamenta as palavras da Deputada Paulinha na sessão anterior, citando que em quase 24 anos, no sexto mandato, nunca ouviu um Parlamentar se pronunciar dizendo que sentia vergonha do seu Parlamento. Entende que a Deputada se excedeu, e sugere que a Deputada retire tais palavras, de que sente vergonha do Parlamento, do seu pronunciamento. Solicita ao Deputado Valdir Cobalchini que seja pedido, via ofício, que a Deputada retire tais palavras, pois isso é uma mancha para o Parlamento. *[Taquígrafa: Ana Maria]*

Partido: PL

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (Orador) -  
Discorre sobre o ato de governar, destacando a

responsabilidade que é tomar decisões relacionadas ao direito das pessoas, e diz que muitos que ocupam essa posição não estão prontos para isso.

Afirma nunca ter visto um Governo enviar funcionários comissionados à Assembleia Legislativa para que se manifestem politicamente durante o horário de trabalho.

Procede à exibição de vídeos que ilustram a situação precária de alguns trechos das rodovias catarinenses, destacando um trecho em Romelândia.

Conclui, dizendo que Santa Catarina está sendo governada virtualmente e tece críticas à atual gestão do Estado.

Deputado Kennedy Nunes (Aparteante) - Corrobora com a fala do Deputado, e diz que os funcionários comissionados foram embora às 18h, momento em que o expediente é encerrado.

*[Taquigrafia: Roberto]*

Partido: NOVO

DEPUTADO BRUNO SOUZA (Orador) - Afirma que os Deputados da Casa precisam ter firmeza e convicção nos seus posicionamentos. Questiona o Deputado Cesar Valduga por ter retirado a sua assinatura da PEC da eleição direta. Argumenta que é uma atitude que desrespeita o direito de votar dos catarinenses, caso haja o impedimento do Governador Carlos Moisés e da Vice-Governadora Daniela Cristina. Pede para que o Deputado Valduga reveja sua opinião e mantenha sua assinatura na PEC.

Volta a tecer comentários sobre a importância de estudar os projetos em votação para ter um posicionamento seguro na hora de assinar o voto.

Alerta que atualmente, sem a assinatura do Deputado Valduga, a PEC da eleição direta precisa de mais um voto para tramitar. Acrescenta que é muito importante que a decisão do voto seja dos catarinenses, e pede encarecidamente aos demais Deputados para assinarem o projeto, não pela situação atual, mas pelos dias vindouros, porque no futuro a mesma situação pode acontecer, e seria importante deixar essa decisão sobre quem governa

o Estado para os catarinenses. [Taquigrafia:  
Northon]

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) -  
Suspende a sessão até o horário da Ordem do Dia.

\*\*\*\*\*

### **Ordem do Dia**

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Reabre  
a sessão e dá início à pauta da Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Decreto  
Legislativo n. 0011/2020.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam  
como se encontram.

Aprovada.

Votação da redação final da Proposta de Emenda  
à Constituição n. 0001/2019.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam  
como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único da  
admissibilidade da Medida Provisória n.  
00230/2020, de autoria do Governador do Estado,  
que isenta do Imposto sobre Operações Relativas à  
Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de  
Serviços de Transporte Interestadual e  
Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) as  
operações de doação ao Tribunal Superior Eleitoral  
(TSE) e aos demais órgãos da Justiça Eleitoral de  
mercadorias de combate e prevenção à COVID-19 para  
a realização das eleições municipais de 2020.

Conta com parecer pela admissibilidade da  
comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que aprovam permaneçam como  
se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0679/2020, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Infraestrutura, informações acerca de pacote de obras para o trecho norte da SC-401.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0680/2020, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Saúde, informações acerca do número de casos ativos nos Municípios da Grande Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0681/2020, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Casa Civil, informações acerca da taxa de letalidade dos diagnosticados por coronavírus no Estado de Santa Catarina, e comparando com os números apresentados por outros Estados.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0682/2020, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Saúde, informações acerca da necessidade de realização de processo seletivo para admissão de profissionais da saúde no âmbito do Hospital Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0683/2020, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Saúde, informações acerca da notícia que a empresa Globalmed tem em seu quadro de sócios servidores públicos e, pelo menos um destes acionistas, ocupou cargo de direção no Hospital Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0684/2020, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Saúde, informações acerca de autorização por parte da referida Secretaria de Estado para que o Instituto Maria Schmitt, que administra o Hospital Florianópolis, realize transferência de áreas do hospital à empresa Globalmed.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0685/2020, de autoria do Deputado Neodi Saretta, solicitando ao Ministro da Saúde, informações acerca dos medicamentos Fabrazyne e Raplagal adquiridos pelo Governo Federal.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0686/2020, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário

de Estado de Educação, informações atualizadas acerca do Pedido de Informação nº 614, de 2020.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0687/2020, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Segurança Pública, informações acerca do 12º Batalhão da Polícia Militar, que atende os Municípios de Itapema, Porto Belo e Bombinhas.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0688/2020, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário da Casa Civil, informações acerca da existência de mobilização por parte do Poder Executivo Estadual para garantir vacinas para Covid-19 para os catarinenses.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0689/2020, de autoria do Deputado João Amin, solicitando ao Secretário de Estado da Casa Civil, informações acerca das placas do Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina localizadas na Avenida Beira Mar Norte, no Município de Florianópolis.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0690/2020, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso, solicitando ao Secretário de Estado da Infraestrutura, informações acerca do estado de conservação da SC-108, no trecho entre Massaranduba e Guaramirim.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0691/2020, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso, solicitando ao Secretário de Estado da Infraestrutura, informações acerca do estado de conservação da rodovia SC-110.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0692/2020, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso, solicitando ao Secretário de Estado da Infraestrutura, informações acerca do estado de conservação da rodovia SC-414, entre Vila Itoupava em Blumenau até o Município de Luiz Alves.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0693/2020, de autoria do Deputado Ismael dos Santos, solicitando ao Secretário de Estado da Saúde, informações acerca das portarias pagas pelo Fundo Nacional de Saúde ao Fundo Estadual, bem como dos pleitos de leitos de UTI destinados a pacientes infectados pela Covid-19 que estão aguardando expedição de Portaria do Ministério da Saúde.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0694/2020, de autoria do Deputado Milton Hobus, solicitando ao Secretário de Estado da Saúde, informações acerca da Portaria n. 763, de 13 de outubro de 2020.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0695/2020, de autoria do Deputado Milton Hobus, solicitando ao Secretário de Estado da Fazenda, informações acerca das ferramentas e métodos de medição exigidos nos editais de contratação de softwares do Poder Executivo.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0696/2020, de autoria do Deputado Sargento Lima, solicitando à Secretaria Estadual de Administração, informações acerca das Pontes Hercílio Luz, Pedro Ivo Campos e Colombo Sales.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0483/2020, de autoria do Deputado Dr. Vicente Caropreso, cumprimentando o Presidente Executivo do Clube Náutico América de Blumenau, pelos 100 anos de fundação da referida entidade.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0484/2020, de autoria do Deputado Moacir Sopelsa, manifestando aos familiares do senhor Mário Lanznaster, pesar pelo seu falecimento.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0485/2020, de autoria do Deputado Felipe Estevão, cumprimentando o Soldado Júlio Cesar Evangelista, pelo ato de coragem durante intervenção policial para salvar uma senhora de um ataque de abelhas ocorrido no Município de Camboriú.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0486/2020, de autoria do Deputado Jessé Lopes, manifestando aplausos à equipe do Águia 4 da PMSC, baseada em Lages, que no dia 11 de outubro de 2020, foi mobilizada para o resgate de dois alpinistas que ficaram presos no Cânion Espreado, no Município de Urubici.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0487/2020, de autoria do Deputado Coronel Mocellin, manifestando apelo ao Presidente da República, pela alteração do Decreto nº 2.521, de 20 de março de 1998, para extinguir o requisito do sistema de "circuito fechado" destinado às empresas de transporte terrestre de passageiros interestadual e internacional por fretamento.

Em discussão.

Discutiu a presente matéria o sr. Deputado:

DEPUTADO BRUNO SOUZA - Demonstra seu apoio à matéria do Deputado Coronel Mocellin, e discorre sobre a questão "circuito fechado" ao dizer que é uma daquelas burocracias que 99% das pessoas nem imaginam que existe.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Encerrada a discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0488/2020, de autoria do Deputado Ismael dos Santos, manifestando aplauso à Coordenação do Programa de Doutorado em Administração da Univali, por ter proporcionado a tese de doutorado intitulada "Modelo propositivo para a análise estrutural do turismo".

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0489/2020, de autoria do Deputado Ismael dos Santos, manifestando aplauso à Senhora Edna Mello de Liz, pela conquista do título de Doutora.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0490/2020, de autoria do Deputado Ismael dos Santos, manifestando aplauso ao Reitor da Universidade do Vale do Itajaí, pelo sucesso do programa de Pós-Graduação em Administração.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0491/2020, de autoria da Deputada Luciane Carminatti, manifestando apelo ao Ministério da Saúde, para o cadastramento e habilitação de 30 leitos UTI COVID no Hospital Regional do Oeste, no Município de Chapecó.

Em discussão.

Discutiram a presente matéria os srs. Deputados:

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Manifesta sua preocupação em relação ao teor da moção e faz a solicitação ao Ministério da Saúde pela agilidade do credenciamento dos leitos de UTI.

DEPUTADO VOLNEI WEBER - Demonstra solidariedade e apoio à moção da Deputada Luciane Carminatti.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Parabeniza e corrobora a fala da Deputada Luciane Carminatti. Discorre sobre a questão do credenciamento dos leitos, fala da sua preocupação com a pandemia que ainda não acabou, e pensa que é uma desconsideração com o Hospital Regional do Oeste e com o povo, por não ter a sensibilidade de oportunizar que os leitos sejam credenciados.

DEPUTADO CESAR VALDUGA - Parabeniza a iniciativa da Deputada Luciane Carminatti pela moção. Diz que o referido hospital atende mais de 100 municípios e a população precisa do atendimento que é prestado, principalmente em relação à Covid-19, e pede para subscrever a moção.

DEPUTADA ADA DE LUCA - Parabeniza a Deputada Luciane Carminatti e, da mesma forma, pede para subscrever a moção, pois se mostra preocupada com o aumento de casos ao comentar as notícias internacionais relacionadas à Covid-19.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Consulta a sra. Deputada Luciane Carminatti se concorda com os requerimentos para subscrever a moção de sua autoria.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Diz, com certeza, que concorda totalmente.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Encerrada a discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Requerimento n. 1428/2020, de autoria do Deputado Jair Miotto, solicitando ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, informações acerca da previsão para análise e resolução da Concorrência Pública nº 228/2019.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1432/2020, de autoria do Deputado Jair Miotto, solicitando ao Presidente da Casan, informações acerca da cobrança de duas novas tarifas na conta de água.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 1434/2020, de autoria do Deputado Bruno Souza, solicitando ao Superintendente do INSS, informações acerca de fila de espera para atendimento e retorno de médicos peritos.

Em discussão.

(Pausa)

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que defere de plano os Requerimentos n.s: 1429/2020, 1430/2020 e 1433/2020, de autoria do Deputado Altair Silva; 1431/2020, de autoria do Deputado Laércio Schuster; 1435/2020, de autoria do Deputado João Amin; 1436/2020 e 1437/2020, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini; 1438/2020 e 1439/2020, de autoria do Deputado Jair Miotto; 1440/2020,

1441/2020, 1442/2020, 1443/2020 e 1444/2020, de autoria do Deputado Neodi Saretta.

A Presidência comunica, ainda, que serão enviadas aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s: 2020/2020 e 2024/2020, de autoria do Deputado Fabiano da Luz; 2021/2020, 2022/2020, 2023/2020, 2035/2020 e 2036/2020, de autoria do Deputado João Amin; 2025/2020 e 2047/2020, de autoria do Deputado Jair Miotto; 2026/2020, 2027/2020, 2028/2020 e 2042/2020, de autoria do Deputado Neodi Saretta; 2029/2020, 2030/2020, 2039/2020, 2040/2020 e 2041/2020, de autoria do Deputado Altair Silva; 2031/2020, de autoria do Deputado Pe. Pedro Baldissera; 2032/2020, de autoria do Deputado Cesar Valduga; 2033/2020 e 2034/2020, de autoria do Deputado Mauro de Nadal; 2037/2020, de autoria do Deputado Valdir Cobalchini; 2038/2020, de autoria do Deputado Nazareno Martins; 2043/2020, 2044/2020 e 2045/2020, de autoria da Deputada Dirce Heiderscheidt; 2046/2020, de autoria da Deputada Ana Campagnolo; e 2048/2020, de autoria do Deputado Sargento Lima.

Finda a pauta da Ordem do Dia. [Transcrição: Taquígrafa Sílvia]

\*\*\*\*\*

### **Explicação Pessoal**

DEPUTADO BRUNO SOUZA (Orador) - Fala sobre a votação ocorrida na Comissão de Finanças, quando votou contrário por discordar do parecer que foi aprovado. Diz que vem esclarecer sobre a preocupação de que a educação domiciliar possa, de alguma forma, prejudicar o ensino tradicional, e frisa que isso é impossível. Afirma que não prejudica os profissionais, nem as crianças, nem as famílias e nem as escolas.

Comenta que a educação domiciliar é uma opção minoritária, de pouquíssimas famílias, cerca de mil famílias optam por essa modalidade no Estado. Registra que o projeto foi recusado sob o argumento de que poderia fazer mal aos colégios privados, mas esclarece que faz mal aos colégios

privadas o fechamento compulsório, arbitrário imposto pelo Estado, quebrando tais colégios, o que considera um crime.

Reforça que o Estado está sufocando e matando este setor, causando outra pandemia, de fechamento de escolas e falta de vagas na rede privada, com uma superlotação na rede pública, que não terá capacidade de atender essa demanda. Ressalta também a grande quantidade de professores demitidos com essa situação.

Afirma que tudo isso é feito apesar dos estudos, insistentemente, mostrarem que as crianças não são agentes relevantes na cadeia de contágio da Covid-19. Entretanto, está havendo resistência de muitos profissionais ligados à área pública que não querem a volta das aulas na rede privada, porque com esse retorno as pessoas vão perder o medo, verão que com a volta das aulas não aumentou o contágio e nem as mortes, e haverá pressão popular para que a rede pública abra.

Questiona se realmente somos a pátria educadora, já que a educação não é prioridade. Lembra que somente o Brasil, a Índia, o Paquistão, o Afeganistão e Iêmen não retornaram com as aulas, e finaliza comentando que é uma decisão errada.  
*[Taquiografia: Guilherme]*

Deputado Jair Miotto - Pede a palavra, pela ordem.

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Concede a palavra ao Deputado Jair Miotto.

DEPUTADO JAIR MIOTTO - Faz agradecimento à Casa Legislativa pela aprovação do pedido de informação de sua autoria relativo às tarifas da Casan, mencionando que desde março foi extinta a tarifa mínima. Agora, a Casan está cobrando uma tarifa fixa de disponibilidade de infraestrutura para água e mais uma tarifa fixa de disponibilidade de infraestrutura para o esgoto, sendo o valor em torno de R\$ 30,00 de cada uma dessas tarifas. Diz que tem recebido reclamações, principalmente por pessoas de baixa renda e com a aprovação da matéria, espera os devidos

esclarecimentos sobre tais tarifas. *[Taquígrafa: Sílvia]*

DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Não havendo mais oradores inscritos em Explicação Pessoal, a Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, no horário regimental.

Está encerrada a sessão.

(Ata sem revisão dos oradores)

*[Revisão: Taquígrafa Sílvia/Roberto]*